

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	25
CAPÍTULO I – A ECONOMIA: OBJETO E QUADROS DE ANÁLISE	29
1. Objeto	29
1.1. A dificuldade de uma definição	29
1.2. A definição de Robbins	30
1.2.1. As necessidades	31
1.2.2. Os bens	32
a) Bens materiais e serviços (ou bens imateriais)	32
b) Bens diretos (ou de consumo) e bens indiretos (ou de produção)	33
c) Matérias-primas, matérias subsidiárias, semi-produtos, produtos acabados e sub-produtos	33
d) Bens consumíveis e bens duradouros	34
e) Bens duráveis e bens perecíveis (ou deterioráveis)	36
f) Bens complementares e bens substituíveis	37
g) Bens de produção conjunta e bens de produção associada	38
1.2.3. A produção	38
1.2.4. A utilidade	40
a) Utilidade total e utilidade marginal	41
b) Lei da utilidade decrescente	44
1.2.5. A escassez (ou raridade)	45
1.2.6. As escolhas em alternativa	48
1.3. Algumas outras delimitações	57

2. Abordagens e métodos de análise	58
2.1. Teoria, política e doutrina	58
2.2. Análise microeconómica e análise macroeconómica	59
2.3. Análise parcial (de equilíbrio parcial) e análise geral (de equilíbrio geral)	60
2.4. Análise estática e análise dinâmica	61
2.5. Método dedutivo e método indutivo	61
3. Interdependências inter e intra-disciplinares	64
3.1. A interdependência das questões económicas	65
3.2. A economia e outras disciplinas	66
3.2.1. Disciplinas do mundo físico	67
3.2.2. Disciplinas do mundo social	68
3.3. A matemática, a econometria e a história na investigação económica	72
 CAPÍTULO II – OS SISTEMAS ECONÓMICOS	 75
1. Noção	75
2. Do ahistoricismo dos clássicos à ideia do ‘fim da história’	75
3. A ideia da sucessão regular dos sistemas	76
3.1. A escola histórica alemã	77
3.2. Karl Marx	77
3.3. Werner Sombart	79
3.4. Colin Clark	81
3.5. Walter Rostow	82
4. Os tipos de organização	85
4.1. A direção central	85
4.2. O mercado (e o papel das autoridades)	87
4.3. Sistemas mistos? Os serviços de interesse económico geral e a regulação	91
 CAPÍTULO III – A PROCURA	 99
1. A lei da procura. Enunciado e representação gráfica	99
2. Fundamentação para a lei da procura	100
2.1. Efeitos de substituição e de rendimento. Casos excecionais	100
2.2. Teoria da utilidade cardinal	103
2.3. Teoria da utilidade ordinal. A técnica das curvas de indiferença	104
3. A elasticidade-preço da procura	104

3.1. O modo de medir a elasticidade	105
3.2. Importância do cálculo das elasticidades	106
3.3. As situações diferentes de elasticidade-preço da procura	107
4. A elasticidade-cruzada. Bens sucedâneos e bens complementares	110
5. Da procura individual à procura agregada	112
6. A elasticidade-rendimento da procura	113
7. A procura função de outros fatores	114
 CAPÍTULO IV – A OFERTA	 117
1. A lei da oferta. Enunciado e representação gráfica	117
2. Fundamentação para a lei da oferta. Da lei dos rendimentos decrescentes à curva do custo marginal	118
3. A elasticidade-preço da oferta	119
4. As funções de produção e as combinações produtivas mais vantajosas	121
5. Outros custos de produção	123
6. As economias de escala e a curva do custo médio	124
7. A maximização do lucro e o andamento da oferta em função do preço	127
8. Objetivos dos empresários sem ser a maximização do lucro a curto prazo	129
9. As diferentes formas de organização empresarial	130
 CAPÍTULO V – MERCADOS, FORMAÇÃO DOS PREÇOS E COMPORTAMENTO DOS EMPRESÁRIOS	 131
1. As várias formas de mercado	131
2. A lei da procura e da oferta	134
3. A concorrência perfeita	137
3.1. Caracterização	137
3.2. O comportamento ótimo em relação ao preço do mercado	138
4. O monopólio	141
4.1. Caracterização e explicação	141
4.2. A curva da procura para o monopolista	142
4.3. A receita marginal e o comportamento ótimo em monopólio	143
4.4. Moderadores do preço	146
4.5. A renda dos consumidores e a discriminação dos preços	147
5. A concorrência monopolística	152
5.1. Caracterização e explicação	152

5.2. O preço de equilíbrio estável	153
6. O oligopólio	155
6.1. Caracterização e explicação	155
6.2. A indeterminação da procura e a formação do preço. A teoria dos jogos estratégicos	156
7. Juízo sobre as diferentes formas de mercado	160
CAPÍTULO VI – POLÍTICAS DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA	165
1. Políticas contra as concentrações ou os abusos de poder económico	165
1.1. Raízes históricas e filosofias de atuação	165
1.2. A defesa da concorrência na União Europeia	167
1.2.1. Os acordos, associações e práticas concertadas entre empresas	168
1.2.2. Os abusos de posições dominantes	170
1.2.3. As concentrações de empresas (mergers)	170
1.2.4. Os monopólios nacionais	173
1.2.5. Aplicabilidade das regras da concorrência às empresas públicas	174
1.2.6. Os auxílios públicos	175
1.2.7. As compras públicas	179
1.3. A defesa da concorrência em Portugal	181
2. Políticas de apoio às pequenas e médias empresas (PMEs)	184
3. Imperfeições do mercado, economias e deseconomias externas e intervenção pública	186
CAPÍTULO VII – A PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO E A FORMAÇÃO DOS PREÇOS DOS FATORES	189
1. O salário	192
1.1. Formas	192
1.2. Aspectos peculiares da oferta de trabalho: a curto e a longo prazos (a evolução demográfica)	193
1.2.1. sem título	193
1.2.2. sem título	194
1.3. O mercado do trabalho	198
1.4. Determinantes do nível dos salários	199
1.4.1. A produtividade	199
1.4.2. As imperfeições do mercado	201

a) Falhas de informação e mobilidade	201
b) A situação das mulheres	201
c) A estratificação económica e social	202
2. A renda	203
3. O juro	205
3.1. sem título	205
3.2. sem título	207
4. O lucro	210
CAPÍTULO VIII – O CIRCUITO ECONÓMICO E A CONTABILIDADE NACIONAL	213
1. O circuito económico num modelo simplificado. O produto, o rendimento e a despesa	213
2. Modos de cálculo	215
3. Modelos mais complexos (e realistas)	216
4. A equivalência entre os agregados	218
Produto interno bruto a preços de mercado	220
Produto interno bruto a preços de base (ao custo dos fatores)	220
Produto ou rendimento nacional	221
O apuramento de valores líquidos	221
Rendimento nacional disponível	224
Rendimento pessoal	224
Rendimento pessoal disponível (outros acertos)	225
A ótica da despesa	225
5. A apresentação dos dados por entidades e por setores (as matrizes de relações intersectoriais)	226
5.1. sem título	226
5.2. sem título	228
6. Os dados da contabilidade nacional como indicadores do êxito económico e do bem-estar das populações	230
a)	230
b)	232
c)	232
d)	233
e)	234
f)	234

CAPÍTULO IX – A DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO	237
1. A avaliação da repartição do rendimento	237
1.1. As desigualdades a ter em conta	237
1.2. Modos de medir e analisar as desigualdades	238
1.2.1. Simples agregação dos dados em classes	238
1.2.2. Outros modos de medição e análise: as curvas de Lorenz e os coeficientes de Gini	242
2. As causas das desigualdades	247
3. Políticas de redistribuição	249
3.1. Políticas financeiras	251
3.1.1. Política fiscal	251
3.1.2. Política de despesas	255
3.2. Política de segurança social	255
3.3. Políticas de preços e rendimentos	256
3.4. Apreciação das políticas de redistribuição	256
CAPÍTULO X – AS OSCILAÇÕES DA ATIVIDADE ECONÓMICA	261
1. As fases de prosperidade e de depressão	261
2. A dependência do produto, do rendimento e do emprego relativamente ao nível geral da despesa. O contributo da ‘economia do lado da oferta’	261
3. Os vários tipos de despesas	266
3.1. As despesas de consumo privadas	266
3.1.1. A função-consumo	266
3.1.2. A função-aforro	267
3.1.3. A lei de Engel	268
3.2. As despesas de investimento privadas	268
3.3. As despesas públicas	269
3.3.1. As despesas civis de consumo (de funcionamento dos serviços)	269
3.3.2. A formação de capital público	269
3.3.3. As despesas militares	269
3.4. O exterior	270
4. Grandes diferenças de estabilidade	270
5. Os efeitos cumulativos sobre o rendimento. O multiplicador, o acelerador e o propulsor (remissão)	272
6. Os objetivos contraditórios de estabilização conjuntural (e de crescimento)	273

CAPÍTULO XI – A MOEDA	277
1. Origem	277
2. Funções	279
2.1. Meio geral e definitivo de pagamentos	279
2.2. Unidade de conta	279
2.3. Reserva de valor	281
3. Motivos de preferência pela liquidez	282
3.1. Motivo-transações	282
3.2. Motivo-precaução	284
3.3. Motivo-especulação	284
3.4. Motivo-financiamento	287
3.5. Motivo-colocação	287
4. Espécies de moeda	288
4.1. Moeda de metal	288
4.1.1. Moeda-mercadoria	289
4.1.2. Moeda de trocos	289
4.2. Moeda de papel	290
4.2.1. Moeda representativa	290
4.2.2. Moeda fiduciária	290
4.2.3. Papel-moeda (ou moeda legal)	291
4.3. Moeda escritural ou bancária	291
4.4. Os agregados M_2 e M_3 (a ‘massa monetária’)	293
4.5. A expressão das várias formas monetárias	294
5. As operações de crédito realizadas pelos bancos	295
5.1. Referência breve ao sistema financeiro português	295
5.2. As operações passivas: os depósitos	298
5.3. As operações ativas	299
5.3.1. Descontos	299
5.3.2. Aberturas de crédito	300
6. A criação de moeda	301
6.1. A criação da moeda metálica e da moeda de papel	301
6.1.1. A criação da moeda metálica	301
6.1.2. A criação da moeda de papel (v.g. do papel-moeda)	302
6.2. A criação da moeda escritural ou bancária	305
6.2.1. A reserva de caixa	305
6.2.2. Criação de moeda pelo sistema bancário	306
7. A teoria quantitativa da moeda	308
8. A política monetária	310

8.1. Atuação sobre as reservas mínimas obrigatórias	311
8.2. As operações em mercado aberto ('open market operations')	311
8.3. As 'facilidades permanentes' de cedência e aceitação de fundos. O relevo das taxas de juro	312
9. O euro	314
9.1. As razões da sua criação	315
9.2. Implicações para Portugal	321
9.2.1. sem título	322
9.2.1. sem título	322
9.3. Os objetivos e as vias a seguir	326
9.3.1. Um objetivo básico a atingir	326
9.3.2. O Pacto de Estabilidade e Crescimento	327
9.3.3. As exigências que se seguiram	329
a) O Six Pack	329
b) O Semestre Europeu	330
c) O Tratado (ou Pacto) Orçamental	330
d) O Two Pack	331
9.4 Instrumentos de intervenção e a necessidade de se reforçarem as políticas estruturais	332
 CAPÍTULO XII – A INFLAÇÃO	 333
1. Noção	333
2. Medição	333
2.1. As escolhas e as ponderações a fazer	333
2.2. As variações no tempo	335
2.3. A evolução verificada ao longo das décadas	336
3. Causas	341
3.1. Predomínio dado a fatores de procura. A explicação monetarista	341
3.2. Predomínio dado a fatores de custo	343
3.3. Predomínio dado a fatores estruturais	344
4. Desenvolvimento	344
5. Efeitos	347
5.1. Efeitos sobre a distribuição do rendimento e da riqueza	347
5.2. Efeitos sobre a produção e o emprego	348
5.3. Efeitos sobre o comércio internacional	350
6. A problemática da política anti-inflacionista. A política na zona euro (remissão)	352

CAPÍTULO XIII – O COMÉRCIO INTERNACIONAL	357
1. Relevância. O momento atual de globalização	357
2. Teorias explicativas do comércio	369
2.1. Determinantes do lado da oferta	369
2.1.1. Teoria clássica (Smith e Ricardo)	369
2.1.2. Teoria neo-clássica (Heckscher-Ohlin-Samuelson): da ‘proporção dos fatores’	374
a) A formulação da teoria	374
b) O paradoxo de Leontief	376
2.1.3. Outras teorias	379
a) Explicações tecnológicas	379
I – A teoria do intervalo (‘gap’) tecnológico (Posner)	379
II – A teoria do ciclo do produto (Vernon)	381
b) Economias de escala	383
2.2. Determinantes do lado da procura (breve referência)	383
3. As restrições ao comércio	384
3.1. Formas	384
3.2. Efeitos	387
3.2.1. Sobre o consumo	388
3.2.2. Sobre a produção	388
3.2.3. Sobre a balança dos pagamentos	388
3.2.4. De receitas fiscais	389
3.2.5. De transferência de rendimento (para os produtores)	389
3.2.6. De bem-estar. A diminuição da ‘renda dos consumidores’	390
3.3. As vias alternativas de intervenção	392
4. O protecionismo	393
4.1. Avaliação geral	393
4.2. Argumentos com maior relevo e atualidade	396
4.2.1. O argumento dos termos do comércio	396
4.2.2. O argumento das indústrias nascentes	398
4.3. O modo de atuar e as dificuldades a ter em conta	401
4.4. O ‘sonho’ de que os outros não reajam às nossas intervenções protecionistas	404
5. A integração económica	407
5.1. Evolução recente	407
5.2. Formas. O caso da União Europeia	408

5.3. Justificações não de ‘primeiro óptimo’	410
5.3.1. A teoria estática das uniões aduaneiras	410
5.3.2. O aproveitamento das vantagens da especialização	413
5.3.3. O aproveitamento de economias de escala	413
5.3.4. Efeitos dinâmicos	413
5.3.5. Efeitos de criação de rendimento	415
5.4. As limitações destas justificações	415
5.4.1. As limitações da teoria estática	416
5.4.2. Extensão da crítica às demais justificações	417
5.5. Melhores justificações económicas de espaços de integração	418
6. Os espaços regionais e a globalização	424
6.1. A evolução recente: o ‘segundo regionalismo’	425
6.2. As iniciativas nos vários continentes	427
6.2.1. Evoluções na Europa	428
a) Passos de alargamento e aproximação	428
b) O Brexit	430
6.2.2. O NAFTA (USMCA)	435
6.2.3. O MERCOSUL (e a América Latina)	436
6.2.4. O espaço da Ásia e da Oceania	438
6.2.5. A África e os países lusófonos	439
6.2.6. Acordos com diferentes abrangências regionais	440
6.3. O significado dos movimentos em curso	441
6.3.1. A abertura muito diferente dos vários blocos	442
6.3.2. O aumento dos comércios intra e extra-regional	444
6.3.3. As estratégias dos blocos	445
6.3.4. A perspetiva de que se caminhe para o comércio livre mundial	446
7. O papel da Organização Mundial do Comércio (OMC)	452
CAPÍTULO XIV – OS PAGAMENTOS INTERNACIONAIS	455
1. A balança dos pagamentos	456
1.1. Composição	456
1.1.1. Balança corrente	456
1.1.2. Balança de capital	456
1.1.3. Balança financeira	457
1.1.4. A balança dos pagamentos portuguesa	457
1.2. A problemática do reequilíbrio	459
1.2.1. O reequilíbrio pela via cambial	459

a)	O reequilíbrio automático com câmbios flutuantes	459
b)	A teoria da paridade dos poderes de compra	461
c)	O reequilíbrio através de alterações cambiais decididas pelas autoridades	462
1.2.2.	O reequilíbrio procurando-se manter os câmbios. O papel do Fundo Monetário Internacional (FMI)	463
1.2.3.	O contributo das variações de rendimento	465
2.	O caso europeu	467
2.1.	No plano interno (da ‘Eurolândia’): reequilíbrio apenas com medidas internas (e com o apoio de fundos estruturais)	468
2.2.	A sugestão de criação de um fundo para acorrer a choques assimétricos	470
2.3.	No plano externo: a política de ‘negligência benigna’	471
3.	O euro e o sistema monetário internacional. A participação no FMI	473
CAPÍTULO XV – CRESCIMENTO E DESEQUILÍBRIOS ESPACIAIS		477
1.	O Crescimento	477
1.1.	A tendência para o crescimento	477
1.2.	Os fatores de crescimento	479
1.2.1.	Fatores naturais	479
a)	A inalterabilidade dos recursos naturais	479
b)	O receio da insuficiência dos recursos naturais	481
c)	A depredação de recursos	484
1.2.2.	Fator humano	486
1.2.3.	Capital	488
1.2.4.	Tecnologia	489
2.	A problemática do subdesenvolvimento	490
2.1.	O quadro da pobreza mundial	490
2.2.	Uma situação que se agrava?	494
2.3.	Especiais dificuldades com cada um dos fatores de crescimento	499
2.3.1.	Recursos naturais	499
2.3.2.	Recursos humanos	500
a)	O problema demográfico	500
b)	O problema da qualificação das pessoas	503
2.3.3.	Capital	506

2.3.4. Tecnologia	510
2.4. O modelo político e económico adequado	512
2.5. Outras opções em alternativa	514
2.5.1. Protecionismo ou livre-cambismo? Os termos do comércio (ou de troca)	514
2.5.2. Indústria ou agricultura	519
2.5.3. Uma maior concentração para o ‘arranque’?	520
3. A problemática dos desequilíbrios internos (regionais)	521
3.1. A anterior ausência de preocupações	521
3.2. As justificações da política regional	524
3.3. A atenção crescente dada à problemática dos desequilíbrios espaciais	529
3.3.1. Em Portugal	529
3.3.2. Na União Europeia	530
3.4. O Quadro Estratégico de Convergência (QEC)	533
3.5. Os resultados alcançados ao longo dos anos	536
3.5.1. No conjunto da União Europeia	536
3.5.2. No quadro regional português	542
3.6. O sentido contrário de outras políticas, em Portugal e na União Europeia	552
3.7. O futuro da política regional	554
3.8. A exigência de orçamentos realistas, adequados aos desafios e justos	558
3.8.1. A exiguidade dos recursos	558
3.8.2. As prioridades estabelecidas para as despesas	559
4. As estratégias atuais de desenvolvimento	562
5. O financiamento do orçamento	569
 ÍNDICE DE ASSUNTOS	 577
 ÍNDICE DE AUTORES	 589
 BIBLIOGRAFIA	 599